



Assembleia Municipal de Castro Marim

## MINUTA ATA

(sessão ordinária, realizada em 27 de novembro de 2015)

*Handwritten signature and initials*

**Mesa:**

**Presidência:** José Luís Afonso Domingos -----

**1º Secretário:** João Alfredo Fernandes Teixeira -----

**2º Secretário:** Lisandra Maria André Rua -----

**Faltas:** . Maria de Lourdes Vaz Pires Brito, Maria José Salgueiro do Carmo, Fernando Jorge Martins Calvinho -----

Presenças:

Amândio Sousa Rodrigues Norberto

António Manuel Martins Pereira

Élia Isabel Pereira Horta

João Manuel da Silva Ribeiro

José António Dias Cavaco

Luís Miguel Madeira Afonso

Nélia Maria Corvo dos Santos Mateus

Paulo César de Jesus Correia

Sónia Isabel Pereira Vasques

Vítor Manuel Gaspar Esteves

Valter Manuel Pereira Matias

Ernestina Maria Valongo Martins de Castro

Licínio Gonçalo Ribeiros

Lisandra de Jesus André Pereira Germano -----

Hora de abertura: 20h40 -----



Assembleia Municipal de Castro Marim

## Sessão de 27/11/2015

ordinária

A bancada do PS entregou uma declaração de voto que vai ficar apenas à Ata, dela fazendo parte integrante. -----

**PONTO 15 - GRANDES OPÇÕES DO PLANO, ORÇAMENTO E MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2016** – Foi presente à assembleia municipal a proposta em epígrafe, que se anexa à Ata, dela fazendo parte integrante, e que havia sido entregue a todos os membros. -----

A assembleia municipal deliberou, por maioria aprovar as Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2016. Registaram-se 9 (nove) votos a favor da bancada do PSD, 1 (um) voto a favor do membro do PS (sra. Nélia Mateus) e 9 (nove) abstenções da bancada do PS. -----

A bancada do PS entregou uma declaração de voto que vai ficar apenas à Ata, dela fazendo parte integrante. -----

**PONTO 16 - CARNAVAL 2016 – TRANSFERÊNCIA DE VERBA PARA A JUNTA DE FREGUESIA DE ALTURA-** Foi presente à assembleia municipal a proposta em epígrafe, que se anexa à Ata, dela fazendo parte integrante, e que havia sido entregue a todos os membros. -----

A assembleia municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a transferência de verba para a Junta de Freguesia de Altura, para apoio ao Carnaval 2016. -----

A bancada do PS entregou uma declaração de voto que vai ficar apenas à Ata, dela fazendo parte integrante. -----

Exmo. Senhor

Presidente da Assembleia Municipal de Castro Marim

## DECLARAÇÃO DE VOTO

**ASSUNTO – Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2016**

Face às competências expressas no artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e em particular no definido na sua alínea a), cabe-nos aprovar a proposta da Câmara Municipal na componente das Opções do Plano e do Orçamento, merecendo a situação apresentada da nossa parte a seguinte análise, comentários e votação final.

A proposta das Grandes Opções do Plano e Orçamento para ao ano económico de 2016 é aquela que, durante todos os anos da responsabilidade do PSD no município, demonstra ser a mais realista, uma vez que, fruto das obrigações legais no quadro do rigor da previsibilidade da obtenção de receitas e devido enquadramento/cabimentação nos setores devidamente justificados, torna-se imperiosa que não façamos previsões megalómanas que apenas iludem quem a elas tem acesso.

As expectativas dos castromarinenses e em particular daqueles que anseiam por ver resolvidas as questões básicas nas áreas do saneamento e abastecimento de água em quantidade e qualidade garantidas, da saúde, do simples arranjo da sua rua, dos parques infantis, dos jardins, da limpeza e higiene nos locais rurais, etc... estão a degradar-se e hoje, mais do que nunca, em presença das promessas não cumpridas, exigem ação e não meras retóricas do já se vai resolver, ou, do logo que se possa, resolve-se.....

Conforme também citámos em análise do ano anterior, esta proposta de Orçamento apresenta valores no conceito de arrecadação de **Receitas** nos sectores das Correntes e de Capital, que se enquadram na razoabilidade de uma previsão séria mas desajustada, fruto, cremos e sabemos nós, das exigências orgânicas da Lei e cujos valores apresentados são os seguintes: **Receita de Correntes -11.832.755,00 Euros; Receitas de Capital – 1.511.605,00 Euros**, correspondendo assim a **88,7%** e **11,3%** respetivamente.

Este Orçamento apresenta um valor global de **13.334.360 Euros**, tendo como Despesas Correntes **10.043.583 Euros**, representando uma percentagem de **75%** do orçamentado, o que lhe confere um compromisso enorme no quadro e no âmbito dos valores restantes a disponibilizar para as Despesas de Capital (Investimentos), que é de apenas **3.300.797 Euros** e que corresponde a **25%** do total, sendo que este valor tem por missão proporcionar meios para a construção e melhoria de infraestruturas e aquisição de equipamentos, que consolidem a melhoria na qualidade de vida dos castromarinenses e propiciem o crescimento, coisa que não acreditamos possa acontecer assim desta forma.

Todavia, consideramos nós, não existe uma linha condutora programática que assuma contornos de criação e previsão de obras e infraestruturas para a sustentabilidade e crescimento nas áreas económicas, baseada no aproveitamento e exploração dos recursos endógenos existentes e que necessitam de uma alavancagem consistente que garanta o futuro do concelho.

Continua a maioria PSD, **de forma inexplicável**, a subestimar e adiar alguns dos projetos estruturantes para a reanimação do coração do concelho a que já fizemos alusão em análise do ano passado, concretamente:

- A valorização da zona histórica do Castelo e todo o casco urbano envolvente da vila de Castro Marim; a frente de mar do concelho e a requalificação de toda a zona urbana e comercial da zona turística na localidade de Altura; os arranjos urbanos e paisagísticos dos principais núcleos urbanos de Azinhal, Monte Francisco, Junqueira, S. Bartolomeu, etc.; a constituição de uma verdadeira zona/polo industrial de média dimensão; a valorização dos recursos gastronómicos, cinegéticos, culturais e patrimoniais do interior, o que constitui um dano quase irreparável a curto prazo na senda do progresso e na qualidade de vida que se quer para os nossos municípios e para quem nos visita.

Embora tenha esta proposta de Orçamento merecido uma apreciação prévia conjunta com os nossos vereadores e com o presidente da Assembleia Municipal, não deixa de ser da inteira responsabilidade da maioria PSD no executivo. Existiu da nossa parte a emissão de várias opiniões que foram no sentido da não concordância pelos critérios das prioridades dadas a determinadas obras e equipamentos, que, a nosso ver, eram perfeitamente remetidas para outro calendário temporal já que não constituem prioridade e nem sequer são produtoras de alguma virtualidade.

Aquando da nossa prévia apreciação no âmbito das observações mais objetivas ao Orçamento, falámos da excessiva previsão orçamental no campo das ações recreativas e religiosas, uma vez que em época de restrições, a cabimentação na área das Despesas é francamente elevada face à necessidade e ao impacto que daí advém.

Numa observação mais específica à documentação inicial que serviu de base ao Orçamento, merece-nos particular destaque a forma como a maioria no executivo continuava a cuidar a problemática da delegação de competências previstas para as Juntas de Freguesia, matéria que mereceu tratamento específico em sede da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, verificando-se agora, todavia, uma pequena melhoria da verba prevista e que poderá e deverá servir de alavanca a um processo futuro, que se quer justo e razoável no relacionamento com todas as freguesias do concelho e não apenas da continuada dependência das vontades de quem a cada momento dirige os destinos do município.

Até agora, por razões difíceis de explicar por parte da maioria do executivo e que possam merecer a nossa concordância, nunca existiu a vontade necessária e suficiente para que estas delegações de competências e respetivas locações financeiras que têm forma legal se cumpram. Vislumbramos agora essa possibilidade e desejamos vê-la cumprida quanto antes para bem das freguesias e em particular, dos seus fregueses que nesta autarquia veem uma maior proximidade.

Ainda assim, não nos encontrando parcelarmente de acordo quanto à conceção do Orçamento proposto e em particular, quanto às prioridades definidas em obras e investimentos que não vão minimamente responder às ainda insuficiências múltiplas do concelho nos aspetos mais determinantes que possam ser geradores de esperança para o crescimento económico e social, permitindo num futuro imediato a fixação dos castromarinenses e em especial, os nossos jovens, temos a obrigação de não obstaculizar a proposta de quem legitimamente dirige o destino político do concelho.

No campo dos comentários produzidos e por se tratar efetivamente de um documento previsional que já não padece dos erros e dos vícios repetidos, com suporte na visão megalómana e demagógica do passado recente, vamos assumir a posição de abstenção, atendendo a que foram minimamente respeitados os aspetos focados no ano anterior quanto à necessidade de transferirmos mais meios e verbas, para dotarmos de uma certa autonomia as freguesias do concelho.

**Castro Marim, 23 de novembro de 2015**

**Os Membros do PS**



*Assembleia Municipal de Castro Marim*

Às 00h05 do dia 28 de novembro, foi aprovada por unanimidade dos presentes, e assinada a Minuta da Ata e encerrada a sessão, que eu \_\_\_\_\_  
Primeiro Secretário, subscrevi.

O Presidente,

José Luís Afonso Domingos

O Primeiro Secretário,

João Alfredo Fernandes Teixeira

O Segundo Secretário,

Lisandra Maria André Rua